

TESE SINDICATO É PRA LUTAR - 13º CONGRESSO DA ASSIBGE-SN

BRASIL EM TRANSE: ENFRENTAR RETROCESSOS E CONSTRUIR O FUTURO

CONJUNTURA

1 - Para analisar o período em que nos encontramos é preciso recuperar o que se passou. A crise internacional de 2008 começou a dar sinais mais intensos também na economia brasileira a partir de 2013, tirando o fôlego do chamado *boom das commodities* e desaquecendo o mercado externo. Como esperado, no momento de crise do capitalismo, se esvaiu a possibilidade de pacto social entre burguesia e trabalhadores como projeto de nação. Apesar de já serem beneficiados por uma agenda de incentivos fiscais e anistia de multas, os representantes da burguesia brasileira se voltaram de forma irreversível a investimentos financeiros em detrimento dos produtivos, fazendo cair ainda mais a arrecadação de impostos, o que tornava possível manter as taxas de investimento público da primeira década do século XXI.

2 - As manifestações populares ocorridas em meados de 2013 já apontavam para uma insatisfação crescente com a elevação do custo de vida e com os aumentos das passagens dos transportes urbanos e a má qualidade no atendimento público em saúde e educação, ao passo que o governo Dilma anunciava gastos públicos com obras em megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas). A resposta do governo às manifestações foi assistir a brutal repressão policial das PM nas ruas e anunciar um diálogo sobre reforma política que não avançou.

3 - A eleição de Dilma, em 2014, já foi o reflexo da crise que se anunciava e do desgaste do governo petista. A vitória por uma pequena diferença de votos (cerca de 2 milhões e meio) para o candidato do PSDB fez com que o segundo mandato de Dilma iniciasse com extrema fragilidade, sob chantagem da mídia empresarial, que exigia uma política econômica de austeridade, e de seus até então aliados no Congresso Nacional.

4 - A resposta do governo foi ceder à pressão e convidar o senhor Joaquim Levy (grupo Bradesco) para assumir o comando da política econômica. Sua primeira medida foi anunciar um drástico corte nos investimentos públicos, o que empurrou o país para uma recessão e o rápido crescimento do desemprego. No Congresso, sem diálogo com o Centrão e a cúpula do MDB, que exigiam sua parte no botim dos cargos e emendas parlamentares, o governo assistiu sua base minguar e iniciar o processo de *Impeachment*, através das denúncias de “pedaladas fiscais”, um artifício contábil conhecido e que não justificaria a interrupção do mandato da Presidente.

5 - Já então o Ministério Público Federal iniciara outra frente de desgaste para o governo Dilma e o PT: a chamada Operação Lava-Jato, envolvendo acusações de corrupção e desvio de recursos da Petrobras. Sem apoio popular, devido ao desgaste de sua própria política econômica, sob bombardeio da mídia empresarial e sem maioria no Congresso Nacional, o governo Dilma perdeu sustentação e foi facilmente derrubado, ainda que sob argumentos torpes.

6 - Não há como negar que os governo de Lula e parte do primeiro mandato de Dilma trouxeram um impulso para a economia e ampliaram políticas sociais importantes para o país e a parcela mais desfavorecida do povo brasileiro. Mas isso não significou perdas de privilégios para as classes dominantes, sobretudo para o sistema financeiro, que seguiu ampliando seus negócios e abocanhando grande parcela do Orçamento da União, através do pagamento de juros/amortizações da dívida pública.

Essa política de “uma no cravo e outra na ferradura” foi possível devido ao cenário internacional favorável e a um amplo acordo com o MDB e os partidos do Centrão, que não tocou nos interesses das elites e manteve o velho “toma-lá-dá-cá”, envolvendo ministérios, obras superfaturadas, emendas parlamentares, cargos, etc.

7 - Isso se fez sentir também nos serviços públicos e no próprio IBGE. Na greve de 2014 a direção do Instituto preferiu insistir na política de precarização trabalho, contrariando os limites da legislação, ao diálogo com os trabalhadores, chegando a demitir cerca de 200 temporários que aderiram à greve da categoria.

8 - A pressão que levou à interrupção do segundo mandato de Dilma baseou-se em articulações internas e externas, envolvendo os três poderes (“Com o STF, com tudo”). Toda a Operação Lava-Jato foi conduzida a partir da grita contra a corrupção, identificando o PT e seus governos como responsáveis por velhos problemas do chamado toma-lá-dá-cá da política brasileira. A Lava-Jato, desmascarada a partir da publicação de diálogos pelo *Intercept Brasil* entre o juiz (hoje ministro de Bolsonaro) e promotores do MPF, além de cumprir um papel político de tornar inelegível a maior liderança popular do país, acabou por resultar no desmantelamento de uma série de empresas e empreendimentos, atingindo e gerando prejuízo à própria economia brasileira.

9 - Com a recessão, os setores empresariais se articularam em torno do projeto “Uma Ponte para o Futuro”, que partiu da Fiesp e foi abraçado pelo MDB de Michel Temer e companhia. Tratava-se de um programa que exigia a implementação de uma série de reformas neoliberais duras, que Dilma e o PT não poderiam abraçar integralmente para não se chocar com suas próprias bases.

10 - O governo Temer foi suficiente para aprovar a Emenda Constitucional 95, que impôs o teto de gastos em investimentos públicos por 20 anos, além da draconiana reforma trabalhista, que acabou com mais de uma centena de direitos até então conquistados pelos trabalhadores brasileiros, instaurando uma ampla precarização do mercado de trabalho. O resultado disso, ao contrário do anunciado, foi o aprofundamento da crise econômica, da recessão e do desemprego e subemprego, ao mesmo tempo em que ficou evidente o envolvimento da cúpula do governo – e do próprio Temer - diretamente com a corrupção que justificara a queda de Dilma.

11 - O rápido desgaste de Temer, o avanço das sentenças da Operação Lava-Jato e a prisão e inelegibilidade de Lula abriram um vácuo na sucessão presidencial de 2018. Nenhum dos tradicionais partidos que dividiam a cena política brasileira oferecia uma candidatura capaz de empalmar as reformas ultra neoliberais que o mercado financeiro e os setores hegemônicos do grande capital exigiam. Foi assim que surgiu e se afirmou a candidatura Bolsonaro, articulando a insatisfação de parte da classe média mais reacionária, as cúpulas de seitas religiosas e sua bancada no Congresso Nacional, a cúpula das Forças Armadas (que serviu na intervenção/repressão no Haiti), grupos milicianos e tudo que havia de mais conservador e retrógrado na sociedade brasileira.

12 - A incapacidade de avaliação da realidade e a disputa por hegemonia política dividiram o campo da esquerda/centro-esquerda, que lançou três candidatos ao primeiro turno das eleições. A passagem de F. Haddad ao segundo turno facilitou a vitória de Bolsonaro, com base no antipetismo que tomou conta de grande parcela do eleitorado.

13 - Assim que percebeu que a crise ameaçaria suas taxas de lucro e a manutenção de seus negócios, a burguesia brasileira deu as costas para o PT e mostrou sua velha e conhecida cara elitista e golpista. Mesmo com restrições ao modelo truculento de Bolsonaro, deu aval e se somou a um governo da extrema direita.

O GOVERNO BOLSONARO E OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA

14 - O Governo Bolsonaro representa, no Brasil, um fenômeno mundial de articulação de medidas econômicas de austeridade. Não por acaso os dois principais pilares de seu governo são o liberalismo de Paulo Guedes e participação intensa de militares. Há uma radicalização sem precedentes no projeto de desmonte das principais características do modelo de Estado de Bem-Estar Social, que nunca foi plenamente alcançado no Brasil, inscrito na Constituição de 1988, intensificando o aumento da desigualdade social no país. Neste sentido, o governo Bolsonaro recoloca no presente, com revanchismo mal disfarçado, o passado mal resolvido da transição da ditadura civil-militar de 1964 ao regime democrático.

15 - É um Governo de rejeição completa às instituições democráticas, que se apropria de discursos de ódio e de agressão a qualquer pessoa que fuja de seu irreal padrão moral, criado para desfazer laços sociais e para impor como única forma legítima de pensamento e comportamento social o que está na sua cartilha ideológica. É um Governo de rejeição à política, aos espaços de diálogo, ao debate de ideias e projetos, que reage à ação política de sua população por meio do recrudescimento da repressão estatal. Em outras palavras, é um Governo autoritário e repressor. Nenhum direito deve sobrar. O alinhamento automático à política externa dos Estados Unidos para a América Latina – como no caso da cessão da Base de Alcântara (MA) - demonstra como o seu nacionalismo retórico se restringe apenas à manipulação de símbolos nacionais, pois do ponto de vista prático, enfraquece qualquer projeto ampliado de democracia e de estratégias autônomas de desenvolvimento.

16 - O distanciamento e a ausência de políticas de Estado nas periferias e favelas das grandes cidades nas últimas décadas abriu amplo caminho para o surgimento e afirmação de seitas religiosas baseadas no moralismo ultraconservador e o crescimento de grupos paramilitares acobertados pelo próprio Estado, conhecidos como milicianos, que lucram com a realização de negócios variados que não são oferecidos pela via legal à população. Não por acaso esses setores são fundamentais para a sustentação do governo Bolsonaro, baseando-se no assistencialismo e na repressão/eliminação.

17 - Até agora, o comportamento da economia não responde às medidas do governo, o que não é nenhuma surpresa. A redução do orçamento obrigatório em educação, previdência, saúde e outros serviços públicos, por meio da desvinculação das receitas e redirecionamento para pagamento da dívida, já se mostrou ser o caminho para o fracasso, a exemplo do que ocorre na Argentina, Equador e outros países que decidiram seguir a cartilha neoliberal do FMI.

18 - Contudo, associado a isso, se presente uma continuação da instabilidade social e política. No campo político, vemos um desgaste de base parlamentar do Governo Bolsonaro, com investigações de corrupção apontando irregularidades no PSL em candidaturas “laranjas” durante as eleições 2018, desmobilização do Partido, e um ambiente de intrigas que causam atritos com o presidente. Além disso, são constantes as disputas de hegemonia interna entre os blocos de sustentação política do governo, notadamente os evangélicos, os empresários ultraliberais e os militares. Por último, um grande enfraquecimento da imagem do Brasil internacionalmente, com os vergonhosos pronunciamentos públicos do presidente e seus ministros desqualificados em eventos diplomáticos.

19 - Para evitar que crescentes instabilidades dificultem o seu projeto de poder, o governo Bolsonaro aposta em uma mobilização permanente de sua base de apoio, reforçando as táticas utilizadas na eleição, ao mesmo tempo que espera consolidar formas de conformismo político na maioria da população. E aqui temos um exemplo de como os dois principais pilares do governo Bolsonaro se

articulam: a base real do conformismo esperado pelo governo não é o convencimento, mas o desespero das pessoas diante do desemprego ou, de outro lado, seu cansaço diante de trabalhos exaustivos, sub-remunerados e sem direitos. Por último, espera-se o agravamento da única linguagem por ele conhecida: a violência

20 - De certa forma, já vivemos os reflexos da situação de conformismo. O condicionamento à perda de direitos, com a aceitação da falsa alegação de que é preciso o trabalhador fazer sacrifícios para a economia melhorar, com a constante falsa comparação da economia nacional com uma unidade familiar. É preocupante também a aceitação e reprodução do discurso proferido pelo presidente de que “é melhor ter emprego do que direitos”.

21 - A desesperança, o rebaixamento de expectativas e a abertura para os discursos de ódio estão fincadas em um importante elemento a ser considerado pelo movimento sindical: o atual esgotamento do modelo capitalista de civilização. Uma existência pautada na ideia de crescimento econômico, lucratividade e valor de troca está consumindo a humanidade física (destruição da natureza, miséria, perda de poder aquisitivo, piora de infraestrutura e qualidade de vida) e psicologicamente (depressão, ansiedade, aumento do suicídio, sintomas da perda de sentido e motivação para as novas gerações).

22 - Diante do cenário desfavorável, cabe aos sindicatos, coletivos e outros movimentos organizados atuar tanto na perspectiva de **resistência** quanto da **construção de futuro**. Isso demandará não apenas ações unitárias em defesa dos interesses dos trabalhadores e da maioria do povo, mas também uma mudança de perspectiva tanto nos objetivos quanto na forma de trabalhar. É fundamental resgatar a **SOLIDARIEDADE** e a **CONFIANÇA** da maioria do nosso povo, sobretudo a juventude. Menos hierarquia, mais tolerância e convívio no dia-a-dia.

23 - No campo da resistência há que se atuar no desgaste político do governo, mostrar as incoerências, as contradições e o caráter de classe deste projeto de destruição junto à maioria da população brasileira. Combater as reformas destruidoras: a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a reforma administrativa. É preciso apontar para reformas para a construção de uma sociedade menos desigual: reforma tributária com alíquota progressiva, que taxe menos o consumo e mais as grandes fortunas, dividendos e patrimônio; auditoria cidadã da dívida (cumprir o previsto na Constituição. Art 6 dos ACTS), que não esteja sujeita às flutuações e estratégias de expropriação de riquezas do capital financeiro; fim da desoneração fiscal às grandes corporações que atuam no Brasil, que recebem benefícios para existir e não deixam qualquer retorno para a sociedade; uma reforma política que realmente acabe com a influência dos grandes grupos econômicos nas eleições brasileiras. Enfim, no campo reformista é preciso lutar por mais justiça social, igualdade e distribuição de renda.

24 - Além disso, é preciso organizar a resistência em todos os espaços onde seja possível: nas ruas, nas praças, nas escolas, em cada repartição pública, em cada empresa, nos espaços culturais e religiosos, nas comunidades, nos sindicatos. É fundamental organizar com paciência e persistência os encontros presenciais, as rodas de conversa, o **acolhimento** aos tantos que estão sob o fogo cerrado do desemprego, da desesperança, da desestruturação social e psicológica. Ao mesmo tempo será necessária toda uma rede de assistência social aos mais desfavorecidos, cada vez mais abandonados pelo projeto ultra neoliberal. É necessário problematizar o isolamento, e a perda de referências com o excesso de informação, *fake news* e distâncias do novo cotidiano do trabalho.

25 - O Sindicato deve retomar os espaços de formação coletiva presencial, reencontrar o sentido do convívio físico, e do acolhimento, do envolvimento pessoal e de importância na formação política. Alertar sobre os efeitos nefastos de uma comunicação realizada exclusivamente por meios virtuais. Ao mesmo tempo, criar um momento de reflexão no calendário sobre a relação com as novas formas de

comunicação, principalmente What's App, grupos, difusão de informações, estabelecimento de prioridades, fatores de ansiedade, etc.

26 - No campo da construção de futuro: é necessário atuar ativamente em espaços de concepção de projetos de sociedade que disputem corações e mentes, que pensem e atuem visando um mundo feito para as pessoas, e não em pessoas escravas do lucro de poucos.

27 - Ao sindicato é urgente articular com outras entidades a construção de grupos de análise e de construção de projetos de futuro. O nosso conhecimento como trabalhadores de estatística e geociências é fundamental nesse processo. Proposta de fóruns político-científicos, com conteúdos interseccionais, transversais. Teses com amplos debates de cunho propositivo, que aproveitem dos saberes prévios e percursos de luta diferenciados, que se encaixassem na proposta "O Brasil que queremos".

28 - Este pode ser o caminho para a construção de um Encontro ou Congresso Nacional Popular, que organize a resistência de maneira unitária, com base em reivindicações concretas da maioria da população.

DA CONJUNTURA PARA O IBGE

29 - A rejeição às instituições democráticas pelo Governo Bolsonaro se manifesta de forma especial na rejeição às instituições brasileiras produtoras de informação e de conhecimento. Desde o início do governo, em 2019, o IBGE vem sofrendo ataques sistemáticos de descrédito e desqualificação, cortes de verbas e sérias intervenções na condução do trabalho do órgão. O risco de perdermos qualidade e credibilidade é também um risco à democracia brasileira, um risco ao planejamento comprometido com o bem-estar da população. É urgente combater, juntamente com as entidades do serviço público que vêm sofrendo ataques semelhantes, o desmanche do Estado brasileiro e a destruição da informação de qualidade.

30 - Há um risco real de vivermos um apagão estatístico, causado pela associação de três fatores: 1) A restrição orçamentária ainda maior em um cenário onde já se trabalhava com preocupante escassez de recursos, a continuidade do congelamento de gastos e a imposição de contingenciamento de verbas destinadas ao órgão podem levar à inviabilidade de funcionamento da estrutura física do IBGE; 2) A redução drástica do quadro de pessoal efetivo, por meio de aposentadorias e sem reposição por meio de concursos públicos, um fenômeno que também já vinha se agravando há tempos e agora alcançou o ponto mais crítico, quando 57% dos trabalhadores do órgão estão em regime de contrato temporário; 3) As recentes intervenções técnicas no funcionamento do órgão, notadamente no escopo de realização do Censo 2020, pesquisa mais importante da instituição, quando a direção impôs cortes de questões sem respaldo do corpo técnico e mudanças nas metodologias de coleta sem prazo hábil para adaptações e planejamento.

31 - A intervenção governamental também se evidencia quando, por meio de projetos de lei verticais, sem diálogo com o corpo técnico do IBGE, passou-se a obrigar a coleta de dados sobre autismo no Censo e se pretende alterar o conceito de ocupação adotado para os levantamentos estatísticos oficiais.

32 - O IBGE é o órgão oficial de produção de estatística e geociências fundamental para o Estado brasileiro. O Sindicato deve seguir trabalhando, conforme deliberação do I e II Congressos Democráticos, para que o IBGE amplie o diálogo com a sociedade, criando fóruns permanentes de discussão com diferentes setores, incluindo os movimentos populares, governo, etc. Esses espaços

devem ser construídos para captar as demandas temáticas da sociedade, trazendo transparência às decisões sobre o que pesquisar e evitando que essas demandas surjam de forma autoritária, tornando o órgão cada vez mais público e defendido por essa sociedade.

33 - Na disputa pelos rumos do Censo 2020 o Sindicato estabeleceu diálogo importante com uma série de técnicos da casa e de outras instituições. É possível avançar para a construção de um fórum independente e análise e crítica das pesquisas do IBGE, considerando que essa mesma disputa deverá ocorrer daqui em diante, já que o governo sinaliza para fortalecer sua visão de IBGE enquanto uma empresa de produção e venda de dados sob encomenda, o que se choca com o IBGE como órgão público produtor de pesquisas e dados voltado para planejar políticas públicas, a partir das demandas da sociedade.

34 - Neste sentido, se reforçam as demandas históricas defendidas pelo Sindicato, de convocação de concurso público que supra todas as vagas abertas com aposentadorias e redução de pessoal; orçamento que contemple o bom funcionamento do IBGE e de todas as suas pesquisas; realização do Censo Demográfico 2020 por inteiro, com verbas garantidas e autonomia técnica.

PRECARIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

35 - O trabalhador do serviço público se tornou o novo alvo do discurso de ódio e campanha de desinformação do Governo. O servidor vem sendo retratado como um privilegiado, que suga recursos públicos para manter um altíssimo padrão de vida sem dar nenhum retorno à sociedade. Este discurso falacioso é, na verdade, uma pauta para forçar reformas que destroem todos os nossos direitos conquistados. As reformas propostas são uma continuidade de medidas que já vêm sendo elaboradas desde o Governo Temer, para dismantelar qualquer direito da classe trabalhadora brasileira.

36 - Entre as medidas em andamento, destacam-se:

- . Emenda Constitucional 95, que estabelece o teto fiscal para os gastos públicos;
- . Reforma trabalhista do governo Temer (Lei 13.467/2017);
- . Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP-881) e suas implicações no campo trabalhista;
- . Revisão de normas regulamentadoras, como as relacionadas à Saúde e Segurança no Trabalho;
- . Reforma da Previdência, em vias de aprovação no Congresso Nacional;
- . Reforma sindical, em elaboração;
- . Reformas tributária e do Estado, que inclui a privatização de empresas estatais;
- . Reforma administrativa.

37 - O Sindicato preserva sua histórica pauta em defesa intransigente do trabalho digno. A ASSIBGE-SN se posiciona contra qualquer reforma que precariza o trabalho e acaba com a proteção que o servidor possui para resistir a pressões de interesses diversos.

38 - Neste sentido, é fundamental resgatar a importância da conquista do Regime Jurídico Único para o servidor do IBGE. Além da estabilidade e possibilidade de mobilização, o RJU é muito mais do que isso. É como o Sindicato entende que deve ser o regime de trabalho do servidor público, com todos os seus direitos garantidos. Valorizar as carreiras de servidores, com reajuste salarial, seguir a luta pela reestruturação da carreira do IBGE, com base em projeto já debatido e acordado com a direção anterior. O servidor público tem um papel importante na sociedade, que é o de zelar pela coisa pública. É importante entender que isso tem suas implicações e um objetivo claro.

39 - O debate sobre o capitalismo contemporâneo associado a uma nova forma de exploração, pautada

em novas tecnologias, implica também em uma reflexão sobre as relações de trabalho. Sobretudo no que concerne as questões de formação continuada e à jornada de trabalho. Quando a tecnologia permite que algum trabalho seja otimizado, o IBGE segue a tendência cega de superexploração de seus trabalhadores: acúmulo de funções, ocupação total e controle aumentado da carga horária, com tendência a gerar a necessidade de fazer hora extra.

40 - A esta tendência exploratória do próprio órgão, se soma o risco das discussões a respeito da próxima reforma trabalhista, onde a ala governista aponta a intenção de diminuir a carga horária de trabalho com diminuição proporcional do salário, perspectivas de *home office* precárias e com superexploração e uma tendência à incorporação do trabalho intermitente no serviço público. Perante estes cenários, defendemos que haja uma redução da jornada de trabalho que implique em melhor produtividade, tempo para qualificação e melhor concepção do trabalho e investimento em qualidade de vida, sem redução de salário.

41 - O exercício do trabalho do IBGE produz inúmeros conhecimentos, de forma finalística ou não. Esse conhecimento precisa ser acumulado e socializado dentro da instituição. Treinamentos e ampliação do conhecimento do uso dos nossos dados pela sociedade levam a um IBGE mais democrático e a uma sociedade com acesso a melhores informações. É necessário garantir os programas de afastamento e qualificação para todos e todas.

42 - Julgamos também necessário valorizar os saberes dos servidores. Melhorar e ampliar o escopo dos Seminários de Metodologia do IBGE, com espaços mais horizontais e participativos, permitindo a todos os trabalhadores do órgão enviar propostas e ter uma comissão democrática de organização do evento e recepção dos conteúdos.

QUESTÕES QUE JULGAMOS IMPORTANTES E PRETENDEMOS DESENVOLVER NOS DEBATES PREPARATÓRIOS E NO PRÓPRIO CONGRESSO

. Trabalho temporário - Combater a precariedade dos contratos temporários, igualando os direitos com os que possuem os trabalhadores ativos: Salários iguais para tarefas iguais; Indenização de campo; Fim do aditamento mensal; Conclusão do contrato de 3 anos; Possibilidade de demissão somente por processo administrativo.

. Relações de trabalho mais horizontalizadas - Criação de fóruns internos e permanentes de discussão para setores de pesquisas/levantamentos que incluam todas as partes do processo de trabalho: concepção, operacionalização, tratamento de dados e crítica.

. Combate sistemático ao assédio moral e sexual que causa adoecimento e evasão.

. Avaliação do trabalho efetivo e temporário, incluindo a avaliação das chefias, desvinculando a avaliação de perda financeira.

. Auxílio saúde sem comprovação de pagamento de plano de saúde para temporários e efetivos.

. Esclarecimento formal sobre as tarefas exigidas em trabalhos de campo, com promoção de debate sobre os cargos que seriam necessários para cumprir tais tarefas.